

A NATUREZA E OS FUNDAMENTOS DO NEOLIBERALISMO

THE NATURE AND THE FOUNDATIONS OF NEOLIBERALISM

Marcelo Lira SILVA¹

RESUMO: Objetiva-se com este artigo expor as formas determinativas histórico-social do novo arranjo político-econômico e jurídico-institucional que se convencionou chamar de neoliberalismo. Desta forma, se, por um lado, a *Revolução Passiva* iniciada com o *Welfare State* possibilitou a conformação de certo arranjo político-institucional, através do qual se abriu um processo de ampliação dos direitos civis, políticos e sociais; por outro, possibilitou às *classes dominantes* experimentarem um nível de crescimento de altas taxas de lucro jamais visto na história da humanidade. Todavia, o ciclo de acumulação do capital que se iniciara em 1945 e se esgotara em 1973, a partir da abertura de uma crise estrutural do capital, apresentou fortes tendências à diminuição dos ciclos de crise, bem como a abrupta queda da taxa de lucro. Frente a tal conjuntura, observa-se o renascimento do liberalismo enquanto princípio reestruturante do processo de acumulação do capital.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo, revolução passiva, contra-reforma.

1 TESSITURA DO NASCIMENTO E RECOMPOSIÇÃO DO LIBERALISMO

O processo constitutivo da doutrina político-econômica e sócio-cultural *contra-reformista* denominada de neoliberalismo se inicia a partir da Grande Depressão expressa pela crise de 1929 com a crítica das diferentes frações de classes de matriz liberal às múltiplas formas de manifestação do *Welfare State*, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Pode-se dizer que a crítica liberal ao *Welfare State*, enquanto expressão de um projeto político-intelectual acadêmico desenvolveu-se e se articulou a partir de três tradicionais Universidades, que acabaram por partejar uma tríade de escolas econômicas que influenciou profundamente o pós-guerra, sejam estas: Escola Austríaca²; Escola de Chicago³; e a Escola da Virginia⁴.

¹ Professor Substituto da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília, Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: marcelo_lira@marilia.unesp.br

² A Tradicional Escola Austríaca de Economia partejou os principais representantes da doutrina (neo)liberal – pode-se conceber os pensadores neoclássicos, enquanto uma forma de neoliberalismo na medida em que resgataram o liberalismo clássico, dando-lhe uma nova roupagem, de tal forma a abandonar a teoria do valor-trabalho e substituí-la pela teoria dos preços ou utilidade marginal –, tanto no século XIX quanto no século XX, entre seus mais proeminentes representantes encontram-se os seguintes economistas: Alfred Marshall; William Stanley; Léon Walras; Stanley Jevons; Karl Menger (1840-1921); Friedrich von Wieser (1851-1926); Böhm-Bawerk; Ludwig von Mises (1881-1973).

³ “[...] entre seus quadros estão nomes do porte de Jacob Viner, Frank Night, Henry Simons. Nos anos 40, a Escola passa para a liderança de T.W. Schultz, celebrizado pelos seus estudos sobre a agricultura e educação (a teoria do capital humano). É ainda nessa época que alça vôos a carreira acadêmica de Milton Friedman. Depois dos anos 50, a visão de Friedman e George Stigler torna-se hegemônica.[...]” (MORAES, 1996, p. 122).

⁴ A *Public Choice* tinha como principais representantes James Buchanan e Gordon Tullock e buscavam “[...] estender as premissas da microeconomia ao comportamento político dos indivíduos [...]” (MORAES, 2001, p.45).

Segundo o historiador inglês Perry Anderson (2002), o neoliberalismo – concebido enquanto reação teórico-prática ao Estado de bem-estar social –, encontra suas origens na publicação do manifesto político *The road of serfdom* de 1944 do pensador austríaco, naturalizado inglês em 1938, Friedrich von Hayek (1899-1992). Portanto, a crítica ao consenso keynesiano, bem como a (re)propositura do liberalismo surge no desenlace da Segunda Guerra Mundial, como expressão do neoconservadorismo liberal que visara a reorganizar e a administrar as relações sociais de produção a partir do receituário liberal clássico.

Ora, o neoliberalismo – extemporâneo por natureza –, forjara uma doutrina político-econômica neoconservadora que ao atribuir ao *Welfare State* um caráter de Estado Absoluto, pelo qual segundo os liberais, cometiam-se arbitrariedades e se violavam as liberdades individuais, acabara por falsear a história. O adjetivo extemporâneo acima empregado expressa o processo de *decadência ideológica*⁵ no qual tal obra se encontra, pois, se por um lado, o liberalismo clássico visava a lutar contra as corporações, as políticas mercantis, bem como pela determinação social das liberdades políticas, civis e individuais, mesmo que restritas e limitadas; por outro, esse novo liberalismo visava meramente a recompor e a justificar uma forma de organização e de administração da vida social (LUKÁCS, 1968, p.60).

O livro *The road of serfdom* de Hayek, caracterizado por ser mais um manifesto político do que uma obra científica propriamente, não contendo nenhuma originalidade político-econômica e de árido movimento metodológico, defendera a tese de que o planejamento político-econômico, bem como das diversas áreas sociais (educação, saúde, habitação) de intervenção estatal, levaria inevitavelmente a regimes totalitários⁶. A tese de Hayek sustentava-se na argumentação de que a administração e organização da atividade econômica realizada pelo Estado necessitavam da supressão da liberdade individual. Destarte, a única possibilidade de se garantir as liberdades individuais e a dignidade humana seria através do exercício do livre mercado.

Pode-se dizer, segundo Théret (1994, p. 56), que a teoria neoliberal se articula, desenvolve-se e avança a partir de três princípios básicos “[...] a liberdade até o limite do seu abuso, a desigualdade até o limite do tolerável, a flexibilidade até os limites da insegurança [...]”. Assim sendo, pode-se afirmar que no limite o neoliberalismo remete-se “[...] à filosofia liberal pré-democrática dos direitos naturais [...]” (THÉRET, 1994, p.56).

⁵ Esta tem início quando a burguesia domina o poder político e a luta de classe entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico. Esta luta de classe, diz Marx, “[...] dobrou finados pela ciência econômica burguesa. Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incomodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação da apologética” (LUKÁCS, 1968, p. 50).

⁶ “[...] na medida em que o fascismo ascendia no Ocidente passivo e o socialismo estatal se configurava como novo Oriente, a noção de totalitarismo se consolidou como representação do *outro negativo* da liberal-democracia e do Ocidente, elemento, ele mesmo, da crise da modernidade capitalista” (DEL ROIO, 1998, p.199).

Apesar da inconsistência teórico-metodológica e da falta de originalidade o *The road of serfdom* cumpriu o papel social de recompor ideologicamente o pensamento liberal, primeiro na Grã-Bretanha – onde o livro fora lançado em 1944 –, depois mundialmente através da Conferência na Suíça que acabara por dar origem a *Mont pèlerin society* em 1947 (ANDERSON, 2008, p.09-10).

Nesse sentido, o libelo hayekiano acabara por aglutinar as forças liberais conservadoras que haviam se dispersado, por um lado, pela derrocada do liberalismo expressa com a crise de 1929, por outro, pela acachapante vitória do consenso keynesiano nas décadas subsequentes.

A defesa das liberdades individuais marcava a tendência do grupo, ou seja, o liberalismo clássico, todavia se dissociavam deste ao aderirem aos princípios de livre mercado monetaristas da economia neoclássica, que conseqüentemente negava a teoria do valor-trabalho de Adam Smith e David Ricardo, mas, sobretudo de Karl Marx. Eis porque ficaram conhecidos como neoliberais. Ou seja, há um abandono daquela perspectiva de autocrítica⁷ que caracterizara o liberalismo clássico, cedendo-se espaço para a mais pura apologética. Ora, “[...] uma atitude acrítica com relação ao poder tão abrangente inevitavelmente resulta em sistemas teóricos dominados por mistificações do *Dasein* burguês [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p.43).

O panfleto propagandista hayekiano *The road of serfdom* não possuía a envergadura de uma grande obra nem econômica nem política. “O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível com seu compromisso político com ideais de liberdade individual [...]” (HARVEY, 2008, p.30). Todavia, apesar de não granjear grandes resultados de imediato servira para cultivar o chão social sobre o qual se levantaria o neoliberalismo no último quartel do século XX. De acordo com Hayek, era “[...] fundamental a batalha das idéias, e que provavelmente esta duraria ao menos uma geração para ser ganha, não apenas contra o marxismo, mas também contra o socialismo, o planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano [...]” (HARVEY, 2008, p.31).

O caráter *ideo-reflexivo* da doutrina neoliberal germinada nos anos de 1930 e nascida nos anos de 1940 acabara por ganhar corpo em um momento particular de crise estrutural do capital, a qual nem o keynesianismo do *Welfare State* europeu, nem o *New Deal* estadunidense, nem o *desenvolvimentismo* latino-americano foram capazes de responder. Fora neste contexto de crise estrutural do capital e de crise fiscal dos Estados que a ortodoxia liberal começou a penetrar no tecido social americano e europeu.

⁷ “Marx demonstra em seu *Grundrisse* que ‘somente quando a autocrítica da sociedade burguesa teve início foi que a economia burguesa conseguiu entender as economias feudal, antiga e oriental’. A importância metodológica dessa observação para a ciência social é fundamental, pois, se a compreensão das economias feudal, antiga e oriental exige uma atitude autocrítica em relação à sociedade burguesa, torna-se fácil perceber a necessidade vital de uma instância radicalmente crítica para uma apreensão e uma demonstração adequadas das contradições e leis internas do desenvolvimento da formação social a que o próprio cientista social pertence” (MÉSZÁROS, 2008, p.43).

2 O WELFARE STATE COMO INTERSTÍCIO DE UMA NOVA OFENSIVA LIBERAL-BURGUESA.

Segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), as quatro décadas e meia que separam o lançamento das bombas atômicas da derrocada da URSS podem ser divididas historicamente em duas partes: a) a primeira, denominada de a era de ouro do capital, termina nos anos iniciais da década de 1970; b) a segunda se inicia com a *Era das incertezas* e se estende desde os primeiros anos da década de 1970 à dissolução da URSS. Todavia, apesar da perspectiva de *coexistência pacífica* o elemento contraditório que unificava tais partes pode ser localizado na corrida armamentista e nos constantes conflitos entre os dois eixos que saíram vitoriosos da Segunda Guerra Mundial – Estados Unidos e URSS –, período que ficou conhecido como Guerra Fria.

Identifica-se o processo constitutivo da *Revolução Passiva* no período que se abre no pós-guerra em 1945 e que se estende até 1973 – considerado um período de enorme crescimento econômico mundial. A *era de ouro* (HOBSBAWM, 1995) do capital se caracterizou por representar não apenas um período de intenso crescimento econômico que se esgotou em 1973 com a crise estrutural do capital, que teve como elemento detonador a chamada crise do petróleo – principal matriz energética do modo de produção capitalista –, mas também um período de grandes avanços democráticos. Ora, nos anos 1970 a contradição intrínseca ao capital entre *meios de produção e relações sociais de produção*, oculta pela fase expansiva do capital acabaria inescapavelmente por pulular.

Apesar de se tratar de uma “[...] conjuntura em que a formação de uma frente única de trabalhadores – ou melhor, de todas as forças democráticas – era questão vital para a civilização [...]” (LUKÁCS, 2008, p.46-7), pois se tratava da “[...] luta contra a guerra e pela paz, a luta da coexistência [...]” (LUKÁCS, 2008, p.60), pode-se dizer que os desdobramentos daquela *Frente Única* foram o de legar uma nova ordem mundial pautada no pós-guerra em uma espécie de “compromisso entre classes”⁸, entre capital e trabalho, através da qual se desenvolveria uma espécie de *democracia progressiva* que daria vida a uma equânime relação entre Estado, Mercado e Instituições Democráticas (DAHL, 1997). Nesse sentido, pode-se dizer que é nesta propositura de compromisso entre as classes que se sustentaram as diversas formas de manifestação do chamado Estado de bem-estar social.

Ao mesmo tempo, este compromisso entre classes que deu sustentabilidade político-econômica e sócio-cultural ao *Welfare* possibilitou a constituição do projeto de repositura do neoliberalismo, que baseado no *americanismo-fordismo* construiu

⁸ “A base política dos governos ocidentais da Guerra Fria ia da esquerda social-democrata de antes da guerra à direita não nacionalista moderada também anterior à guerra. Aí os partidos ligados à Igreja Católica se mostraram úteis, pois as credenciais anticomunistas e conservadoras da Igreja não ficaram atrás das de ninguém, mas seus partidos ‘democrata-cristãos’ tinham tanto uma sólida folha de serviços antifascistas quanto um programa social não socialista. Esses partidos desempenharam, assim, um papel central na política ocidental após 1945, temporariamente na França, mais permanentemente na Alemanha, Itália, Bélgica e Áustria” (HOBSBAWM, 1995, p.236).

o consentimento popular e conseqüentemente sua *hegemonia civil* em torno daquela relação de caráter *ideo-reflexivo* dita harmônica e pacífica entre Estado, Mercado e Instituições democráticas. Tal procedimento pode ser observado na defesa do arranjo institucional defendido pela concepção de *justiça como equidade* de John Rawls, através da qual se chegaria à concepção de *property-owning democracy* (MEADE, 1993); ou mesmo pelo neocontratualismo de Norberto Bobbio, fundado em uma concepção de democracia técnico-procedimental de caráter normativo, que em última instância não foge a regra da *democracia de cidadãos-proprietários*.

Uma forte expressão deste compromisso entre classes pode ser observada na configuração das relações internacionais do período, as quais fez emergir um pacto entre URSS e Estados Unidos que prezava pela perspectiva da *coexistência pacífica* (HOBSBAWM, 1995, p.229). Tal deliberação pode ser observada na determinação do *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética* que determinou “[...] que em nossa época a guerra era evitável e que a política deveria partir dessa premissa. [...]” (LUKÁCS, 2008, p.61).

Apesar de necessária no pós-guerra a tese da *coexistência pacífica* parece apresentar um problema de fundamento. O enorme crescimento experimentado pelo socialismo e pelo próprio movimento operário tanto durante quanto depois da Segunda Guerra Mundial parece alimentar a aposta na inevitabilidade do socialismo. Ou seja, aposta-se que a derrocada do modo de produção capitalista adviria das conseqüências do próprio movimento dialético interno do capital (LUKÁCS, 2008, p.74-5).

Tal aposta se mostrou equivocada na medida em que a *Era de Ouro* do capital, trouxe consigo uma disseminada prática de *transformismo*, que não apenas enfraquecera e imobilizara o movimento operário, mas também (re)inventara tanto uma nova concepção de socialismo quanto de esquerda, dando-lhes um adorno de liberal-democracia.

Na Conferência *A luta entre progresso e reação na cultura contemporânea de 1956*, Lukács defendera a realização de uma nova democracia, através da qual se caminharia para um processo de desestalinização⁹ e de construção do socialismo. Ao mesmo tempo, advertira que “[...] as frentes atuais do progresso e da reação, ainda que nem sempre facilmente discerníveis, são as frentes da paz e da guerra, da coexistência e da guerra fria, da autodeterminação dos povos e da opressão colonial” [...] (LUKÁCS, 2008, p.79).

⁹ O stalinismo constitui uma forma de revolução passiva específica do Oriente, não por pretender a ocidentalização subalterna, mas por indicar no socialismo de Estado uma via da modernidade que resgata aspectos do feudalismo oriental e promove a acumulação de capital de forma anticapitalista. Nessa forma de revolução passiva, a sociedade civil é criatura de um Estado que impede o desdobramento das dimensões públicas e privada da vida social, como na modernidade capitalista do Ocidente, pois que se constitui em lócus de generalização da propriedade privada coletiva, realizando aquilo que Marx chamava de ‘comunismo tosco’. O Estado não se configura como poder público da coletividade, mas como poder político da camada burocrática, que recusa a propriedade privada individual e bloqueia a emergência de uma sociedade civil autônoma que poderia dar origem tanto a interesses individuais privados como a uma esfera pública efetivamente socialista (DEL ROIO, 1998, p.317).

A acurada percepção de Lukács se demonstra reticente frente aos desdobramentos do *XX Congresso* e, ao mesmo tempo em que capta o início de um processo de reação burguesa, coloca-se a necessidade de se traçar estratégias de combate a este processo restauracionista.

Aquele axioma que fora utilizado pela reação de que o socialismo era incompatível com a democracia e com a liberdade e que já tinha sido alertado por Lukács, foi desenvolvido por Norberto Bobbio nos anos 1970 da seguinte forma: “[...] através do método democrático, o socialismo é inatingível; mas o socialismo por via não democrática não consegue encontrar a estrada para a passagem de um regime de ditadura a um regime de democracia” [...] (BOBBIO, 1987, p.33-4). Ora, tal discurso ao longo da década de 1950 e 1960 acabou por criar certo consentimento popular o que se comprovou nos anos 1970 com a derrota do Partido Comunista na Itália. Assunto que retornaremos em um momento mais oportuno.

Após a abertura deste breve parêntese para ressaltar algumas questões do período imediato ao *XX Congresso*, voltemos às considerações acerca da constituição do consenso keynesiano no pós-guerra.

Como se pôde notar, o consenso que surge no pós-Segunda Guerra Mundial tanto no eixo do capitalismo quanto naquele advindo do *Socialismo de Estado*¹⁰, girava em torno do *keynesianismo*¹¹, para o qual os Estados a fim de se reconstruírem em bases sólidas e pacíficas deveriam se concentrar em uma tríade de medidas político-econômicas: *pleno emprego, crescimento econômico e bem-estar social de seus cidadãos*

Constituiu-se uma combinação político-econômica, na qual o crescimento e o desenvolvimento econômico do grande *boom* da *Era de Ouro* do capital se sustentara no consumo de massa, no pleno emprego e na ampliação de direitos à classe trabalhadora. Tal rearranjo institucional se apoiou em um consentimento político entre os partidos de centro, particularmente a direita progressista e a esquerda não-comunista. Entretanto, o consentimento político que se instituiu em torno do keynesianismo:

[...] na maioria dos países “ocidentais”, tendo a extrema direita fascista-ultranacionalista sido eliminada do cenário político da Segunda Guerra Mundial e a extrema esquerda comunista pela Guerra Fria. Também se baseou num consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro dos limites que não afetassem

¹⁰ [...] produto de uma ‘revolução passiva’, no qual não havia propriedade privada individual, mas havia, em contraparte, uma extração do valor excedente da produção que se generalizava num Estado autocrático relativamente autônomo e que procedia a distribuição e a circulação dos bens por meios burocráticos (DEL ROIO, 2005, p.71).

¹¹ A economia keynesiana é a economia da demanda. As ofertas de capital e trabalho são, por hipótese, constantes. A oferta de poupança é determinada endogenamente: sempre é igual ao investimento. Quando a demanda é estimulada, seja por políticas governamentais, seja por acontecimentos exógenos, a produção expande-se para acompanhá-la, a renda e a poupança novamente iguala o investimento em um nível mais elevado de utilização da capacidade produtiva. O nível de produção altera-se para manter a igualdade entre poupança e investimento. Ademais, já que o problema keynesiano consiste em levar a produção efetiva até o nível potencial de estoque de capital existente, a acumulação de capital é ignorada por completo, na medida em que novos investimentos são supostos não-negativos ao mesmo tempo que o estoque de capital total é suposto constante (PRZEWORSKI, 1989, p.248).

os lucros, e as perspectivas futuras de lucros suficientemente altos para justificar os enormes investimentos sem os quais o espetacular crescimento da produtividade da mão-de-obra da Era de Ouro não poderia ter ocorrido [...] (HOBSBAWM, 1995, p.276).

Essa prática de *transformismo* fica evidente quando se toma em conta que:

[...] o grande *boom* da década de 1950 foi presidido, quase em toda parte, por governos de conservadores moderados. Nos EUA (a partir de 1952), Grã-Bretanha (de 1951), França (a não ser por breves episódios de coalizão), Alemanha Ocidental, Itália e Japão, a esquerda estava inteiramente fora do poder [...]. O clima da década de prosperidade era contra a esquerda. Não era tempo de mudança (HOBSBAWM, 1995, p.277-8).

O projeto de reconstrução¹² pacífica, pautado no consenso keynesiano fora reforçado através da criação e articulação de toda uma institucionalidade de caráter supranacional. Como exemplo, pode-se citar a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Compensações (BIC), além da construção e da assinatura de uma série de tratados e acordos internacionais como o de *Bretton Woods*, através do qual se garantia um sistema de câmbio fixo ancorado na conversão do dólar estadunidense em ouro a um preço fixo, controlando-se assim o fluxo de capitais.

Este Estado de novo tipo acabara por se tornar uma arena de disputa que internalizara os conflitos de classe através da prática de *transformismo*. Tratara-se de um novo arranjo político institucional, que possibilitou tanto aos países capitalistas avançados quanto a alguns países periféricos elevadas taxas de lucro e conseqüentemente elevadas taxas de desenvolvimento e crescimento econômico nos anos de 1950-60. (BRENNER, 2003, p.47-8).

A chamada *era de ouro* começou a dar sinais de falência no final dos anos 1960 quando a crise estrutural do capital já se avizinhava. Tratava-se de um novo cenário, no qual predominava um profundo e crescente processo de estagflação, seguido de desemprego, além de um agudo processo de crise fiscal dos Estados, para os quais o receituário keynesiano não conseguira dar respostas.

¹² Felizmente para os aliados dos EUA, a situação da Europa Ocidental em 1946-7 parecia tão tensa que Washington sentiu que o fortalecimento da economia europeia e, um pouco depois, também da japonesa, era a prioridade mais urgente, e o Plano Marshall, um projeto maciço para a recuperação europeia, foi lançado, em junho de 1947. Ao contrário da ajuda anterior, que fazia claramente parte de uma agressiva diplomacia econômica, essa assumiu mais a forma de verbas que de empréstimos. Mais uma vez, e felizmente para aqueles, o plano americano original para uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados, dominados pelos EUA, mostrou-se inteiramente irrealista, quanto mais que os desesperadores problemas de pagamento da Europa e do Japão, sedentos de cada dólar cada vez mais escasso, significavam que não haveria perspectiva imediata para liberalizar o comércio e os pagamentos. [...] Contudo, para os americanos uma Europa efetivamente restaurada, parte da aliança militar anti-soviética que era o complemento lógico do Plano Marshall – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) 1949 – tinha de basear-se realisticamente na força econômica alemã, reforçada pelo rearmamento do país [...] (HOBSBAWM, 1995, p.237-8).

Essa nova crise de acumulação fora enfrentada em seu início através da reafirmação do consenso keynesiano, tanto na Europa com as vitórias: do projeto eurocomunista na França, Espanha, Itália e Grécia; dos trabalhistas na Grã-Bretanha; da continuidade do Estado de bem-estar social na Escandinávia; além da vitória da Revolução dos Cravos em Portugal; quanto nos Estados Unidos que através das palavras de seu presidente Richard Nixon – “*somos todos keynesianos*” – traduziam a adesão às políticas de intervenções estatais na economia.

Como se pôde observar, a crise estrutural do capital em seu início acabou por elevar a esquerda reformista¹³ de viés social-democrata ao poder, todavia, em meados dos anos 1970 emerge um processo antagonístico entre esta esquerda e os epígonos do neoliberalismo. Esse segundo momento representa o processo de consolidação da hegemonia em torno dos ideais neoliberais e a incapacidade daquela esquerda social-democrata em dar respostas a um processo de antagonização e luta de classes aguda. Nesses termos, pode-se dizer que “[...] a crise do keynesianismo é a crise do capitalismo democrático” (PRZEWROSKI, 1989, p.248).

No período de ouro de expansão do capital pode-se observar sob a liderança dos Estados Unidos da América uma sincronização do ciclo econômico mundial, a partir da qual a política externa estadunidense alavancou a economia mundial através da internacionalização de seu capital. Processo este que se caracterizou pela internacionalização e expansão das grandes empresas estadunidenses, convertendo-se no substrato da sincronização do ciclo econômico. Todavia, “[...] a economia mundial na *Era de Ouro* continuou sendo mais *internacional* que *transnacional*. Os países comerciavam uns com os outros em medida cada vez maior. [...]” (HOBSBAWM, 1995, p.271).

Importante destacar que nos Estados Unidos – epicentro do capitalismo mundial –, o processo inflacionário era crescente na década de 1960 e, para combatê-lo, o governo optara pela adoção de medidas ortodoxo-recessivas. Nessa tessitura social, o recrudescimento do processo inflacionário não era um fenômeno particular da economia estadunidense, mas de certa forma universal, pois atingira grande parte dos países europeus e o Japão, abrangendo assim os principais países da economia capitalista mundial (HOBSBAWM, 1995, p.272).

Por múltiplas determinações que se relacionam mutuamente, a existência demasiada de capital fixo desestimulava a ampliação do processo de acumulação de capital em curso nos Estados Unidos. Primeiro, porque se abria a possibilidade das empresas empregarem sem custos adicionais em seus *meios de produção*, mantendo-se uma taxa média de lucro sobre os gastos de *capital variável*. Tal elemento desestimulou o processo concorrencial de

¹³ Aléxis Danielsson, um dos fundadores da Social-Democracia sueca, afirmou em 1888 que a participação eleitoral modificaria o socialismo, transformando-o “[...] de uma nova teoria da sociedade e do mundo em um reles programa de um partido meramente parlamentarista, e nesse instante extinguir-se-á o entusiasmo do núcleo do proletariado e o ideal da revolução social degenerará em busca de ‘reformas’ que absorverão todo o interesse dos trabalhadores” (PRZEWROSKI, 1989, p.20).

renovação tecnológica, pois a inserção de tecnologias mais avançadas na produção acabaria por reduzir os custos unitários fixos abaixo dos custos fixos totais médios das empresas titulares. Segundo, porque o diminuto tamanho do *exército industrial de reserva* levou à majoração dos salários. Terceiro, porque o processo de reconstrução dos países europeus no pós-guerra estimulou as multinacionais estadunidenses a investirem no continente europeu, desestimulando o investimento interno.

Como conseqüência dos elementos acima elencados se observa na economia estadunidense um processo de declínio no crescimento da produtividade, dos investimentos e, ao mesmo tempo, uma majoração dos salários reais, o que reduziu consideravelmente a lucratividade dos Estados Unidos no final dos anos de 1950. O torpor econômico, evitado até meados dos anos de 1960, disseminou-se pela economia estadunidense, que não conseguiu mais se recuperar (HOBSBAWM, 1995, p.238).

Portanto, com o esgotamento da economia estadunidense já no final dos anos 1950, coube às economias de *capitalismo tardio*, como o caso da Alemanha, Itália e Japão, mas também a França, conferir fôlego à *era de ouro* do capital, que se prolongaria até a crise do petróleo nos anos 1970. Tal fenômeno se deveu à possibilidade dos países de *capitalismo tardio* manterem suas altas taxas de lucro, mesmo com a pressão dos custos sobre a produção.

Com o epicentro do capitalismo mundial saturado, a prorrogação da alta lucratividade e da competitividade internacional da *era de ouro* coube às economias de *capitalismo tardio*, que diferentemente dos Estados Unidos possuíam setores econômicos atrasados – como o caso dos setores rural e do pequeno negócio –, além de contar com um *exército industrial de reserva* razoável – o que possibilitou manter o crescimento salarial em um nível relativamente baixo em comparação com a produtividade. (BRENNER, 2003, p.51-2).

Aquelas economias de desenvolvimento tardio que se recuperavam da guerra através de investimentos governamentais na estruturação da economia interna, organizavam políticas de proteção à economia interna através de dois mecanismos essenciais: a) desvalorização da moeda; b) rígido controle de entrada e saída de capitais. Esses mecanismos político-econômicos de proteção à economia interna possibilitaram um vigoroso processo de fortalecimento das economias de desenvolvimento tardio. Por outro lado, contrastando com a política econômica periférica, a economia hegemônica caracterizou-se pela internacionalização da produção através daquela velha dinâmica industrial advinda da fusão entre *capital produtivo* e *financeiro*, já apontada por Lênin no início do século.

Mesmo com o epicentro do capitalismo mundial em estado de depleção, o processo de *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo mundial acabou por possibilitar a manutenção das altas taxas de lucro e do alto nível de competitividade

no mercado internacional. O atraso socioeconômico dos países de capitalismo tardio ladeado a política econômica de intervenção estatal possibilitou a construção de economias internas sólidas que rapidamente se inseriram no mercado internacional (BRENNER, 2003, p.53).

O fato é que a economia estadunidense que até os anos de 1940 era relativamente fechada começava a apontar para a abertura de maneira crescente – fenômeno do capital que começava a gerar desequilíbrios nas contas externas. Nesse mesmo contexto há uma saturação de alguns setores da economia em escala mundial – o excesso da capacidade produtiva de alguns setores da economia mundial começava a dar sinais de esgotamento ainda nos anos 1960.

Enquanto na Europa e no Japão a inovação tecnológica se deu de maneira acelerada, pois a guerra havia dilacerado todo o capital produtivo desses países, reconstruindo-o sob bases tecnológicas mais sofisticadas, nos Estados Unidos, o processo ocorreu de maneira paulatina, pois os estadunidenses tiveram que esperar pela depreciação do capital produtivo já existente. A burguesia industrial alemã e japonesa foi capaz de combinar técnicas de produção avançada com baixos salários como estratégia de redução dos custos de suas produções e como forma de manter altas as taxas de lucro ao mesmo tempo que buscavam se firmar no mercado internacional. Portanto, na Europa, principalmente a Alemanha, e na Ásia, o Japão, reconstruíram suas economias em bases tecnológicas avançadíssimas para o período, constituindo-se rapidamente no pós-guerra em monolitos econômicos regionais fortíssimos, estabelecendo-se, assim, um nível de produtividade que passou a penetrar rapidamente na própria economia estadunidense.

Os novos monolitos econômico-regionais acabaram por confrontar os preços dos produtos americanos, que viram suas altas taxas de lucro serem reduzidas drasticamente. Isso devido a dois fatores: a) aos custos inflexíveis da produção americana, que se baseava em um capital fixo que incorporava métodos de produção relativamente caros em comparação com os métodos alemães e japoneses; b) aos custos salariais, que comparados aos alemães e japoneses eram relativamente altos.

Pode-se observar que no período em questão a *composição orgânica do capital* dera-se de maneira distinta nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão, pois enquanto os primeiros experimentaram uma relação entre *capital constante* e *variável* que minorava suas taxas de lucro, os segundos, pelo contrário, experimentaram uma relação de majoração de suas taxas de lucro. A elevação da competitividade internacional resultou em um incontornável excesso de capacidade e de produção sistêmica que acabou por detonar uma crise estrutural do capital, que expressara de maneira clara o processo de declínio de uma taxa de lucro agredida no setor manufatureiro internacional.

O período em questão representou a emergência de novos sujeitos políticos na arena internacional, dominada até então pelos estadunidenses, caracterizando-se pelo

excesso de capacidade e de produção no setor manufatureiro em escala mundial, no qual se gerou a queda da lucratividade mundial ainda no final dos anos de 1960. Pode-se notar que desde meados da década de 1960 até a detonação da crise em 1973 fora a impossibilidade de elevação dos preços acima dos custos no setor de não-manufaturados – que experimentou uma queda na lucratividade menor do que o setor manufatureiro – que impediu a burguesia industrial de conservar suas altas taxas de lucro. Como resultado da queda da lucratividade do setor manufatureiro, observou-se o declínio das taxas de lucro de toda economia em todos os países membros do G7.

Como se pôde observar, a queda das taxas de lucro dos Estados Unidos e dos principais centrais do capitalismo deu-se, não devido ao esgotamento tecnológico, ou ao aumento do poder de intervenção da classe trabalhadora em pressionar pela majoração dos salários reais, ou ainda devido o declínio do crescimento da produtividade, mas devido ao excesso de capacidade de produtividade mundial.

Frente a esta conjuntura político-econômica desfavorável, as diversas frações de classe da burguesia dos principais países capitalistas reagiram através de pesados ataques às organizações da classe trabalhadora: a) arrocho salarial; b) pressão para a diminuição de encargos sociais; c) aumento do *exército industrial de reserva*. Todavia, apesar da ofensiva contra o trabalho, não conseguiram atingir as elevadas taxas de lucro que experimentaram de 1945–1973.

Como forma de reação à crise não só político-econômica, mas também de *hegemonia*, os Estados Unidos através da política econômica de Richard Nixon, romperam o acordo de *Bretton Woods*, primeiro desatrelando o dólar do ouro em 1971, depois rompendo a taxa de câmbio fixo, deixando-a flutuar livremente em 1973. Tratou-se de uma política monetária expansionista que rompera definitivamente os acordos benfazejos e pacifistas do pós-guerra, abrindo-se assim um período de forte expansão estadunidense como forma de re colocação de sua *hegemonia civil*.

Enquanto que nas relações internacionais a política econômica era de expansão, no plano interno seguia-se a adesão às políticas keynesianas, pelas quais se estimulava o crescimento doméstico e desvalorizava-se o dólar. A desvalorização do dólar teve duas conseqüências imediatas: a) possibilitou o aumento do nível de competitividade das indústrias estadunidenses; e, b) depreciou as reservas de dólares dos países estrangeiros.

Se no plano interno a política econômica de Nixon era keynesiana, no plano externo se nota uma ofensiva expansionista pautada em uma política econômica monetarista de talhe neoliberal, pois ao romper o acordo de *Bretton Woods* e desvalorizar o dólar e ao mesmo tempo impedir que os demais países membros do G7 adotassem um padrão-monetário internacional fixo, os Estados Unidos acabaram por estimular o livre comércio, bem como a desregulamentação de entrada e saída de capitais.

Paralelamente, emerge em escala mundial um vigoroso movimento operário, ladeado a outros movimentos sociais de contestação. Insurge no final dos anos de 1960 a expectativa de grandes transformações sociais, que logo se desmancharam no ar com a reestruturação do capital em 1976. Portanto, a crise do petróleo em 1973 foi apenas um detonador da crise estrutural do capital, sendo que, a partir de 1974 dera-se a desaceleração da economia mundial em seu conjunto. A crise dos anos de 1970 representou, conseqüentemente, uma retração significativa do capitalismo, que ao atingir o epicentro do capitalismo se disseminou rapidamente para os países periféricos (ANDERSON, 2008, p.10).

Todas as crises do capital foram acompanhadas de deflação, todavia a crise dos anos de 1970 teve como característica particular a inflação. Tratou-se, por conseguinte, de uma crise acompanhada do aumento dos preços dos produtos, o que contrariou a maior parte das teorias econômicas. Tal particularidade se deveu a múltiplas determinações da chamada *era de ouro*: a) às modificações estruturais na economia mundial que se caracterizavam pelo intenso processo de oligopolização em escala global, no qual as grandes empresas que dominavam os principais setores da economia mundial, longe de representarem a concorrência perfeita idealizada pelos pais do liberalismo, passaram a diminuir a produtividade, mantendo-se assim os preços dos produtos; b) devido ao processo de formação de cartéis em curso durante toda a década de 1960, o que levou as grandes empresas a resistirem à queda dos preços; c) a estrutura e dinâmica do capital, trustificada e oligopolizada, não permitiu que a utilização sistemática de políticas de pleno emprego contivesse o processo inflacionário crescente.

Teoricamente, a receita keynesiana para a crise seria a elevação do consumo e investimentos massivos através de políticas estatais, como: redução das taxas de juros; adoção de políticas creditícias e monetárias; ampliação dos gastos públicos, entre outras. No entanto, o movimento histórico-material objetivo através da detonação da crise de 1973 mostrara que os analistas estavam rotundamente equivocados, pois as crises anteriores caracterizavam-se pela queda da produtividade e, portanto, da atividade econômica, acompanhada da queda dos preços. Objetivamente, em um contexto de ampliação do processo inflacionário a adoção do receituário keynesiano significaria em termos práticos alimentar de forma crescente o processo inflacionário.

É neste contexto de crise estrutural do capital que ressurgem das cinzas o cisne que interrompera seu canto em 1929 e que ficara conhecido posteriormente como neoliberalismo. Frente a esta conjuntura, vários países começaram a adotar políticas recessivas para combater a inflação, por um lado – no plano externo –, a perspectiva adotada em escala mundial pelas economias nacionais era a de abertura de suas economias; por outro – no plano interno – era a adoção de políticas recessivas monetárias e creditícias, o que levou a diminuição da intervenção do Estado na economia, bem

como ao bloqueio do sindicalismo. Tratara-se de um processo de recomposição das forças sociais conservadoras em escala mundial que emergiu no pós-crise como hegemônico.

3 A MUNDIALIZAÇÃO E A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

Nessa tessitura social, um elemento importante a ser destacado é o de surgimento dos chamados euromercados. Esses surgem no final da década de 1950 e início da de 1960 como procedimento político-econômico, pelo qual o governo inglês articulou a constituição de um mercado financeiro de características supranacional, o que culminou na atração de capitais do mundo inteiro (HARVEY, 2008, p.66).

O mercado supranacional inglês começou a ganhar proporções maiores à medida que os anos passavam, constituindo-se em Londres o epicentro do sistema financeiro internacional. Esse mercado tinha por característica precípua o livre mercado, o que significava em termos práticos liberdade irrestrita para os Bancos Centrais. A irrestrita liberdade de mercado, ou seja, a falta de controle de entrada e saída de capitais gerou uma liquidez de capital que passou a alimentar a *bolha* (BRENNER, 2003) que viria a explodir no final da década de 1970.

Nesse contexto de mundialização de capital, grandes empresas de produtos eletrônicos começaram a se globalizarem a partir da criação das chamadas “zonas francas” ou fábricas *offshore*, instaladas em países do terceiro mundo em busca de isenção de impostos e mão-de-obra barata. Essa nova dinâmica do capital fazia com que a “[...] linha de produção cruzasse agora não hangares gigantescos num único local, mas o globo. [...]” (HOBBSAWM, 1995, p.275).

De acordo com Hobsbawm, o motivo pelo qual as empresas e indústrias abandonavam os países centrais do capitalismo em uma era de grande prosperidade econômica se encontrava em uma “[...] incomum combinação keynesiana de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida” (HOBBSAWM, 1995, p.276). Essa combinação de elementos levou as empresas a se internacionalizarem a procura de taxas de lucro mais elevadas em países que não possuísem regulamentações trabalhistas tão rígidas quanto a dos países centrais do capitalismo avançado.

Passado o primeiro momento da crise do petróleo, bem como o inchaço advindo dos euromercados se observou a expansão acelerada dos chamados petrodólares. Nesse contexto de crise estrutural, os países periféricos passaram a recorrer de maneira crescente a esses mercados supranacionais. As raízes da explosão das dívidas externas dos países periféricos como o Brasil encontram-se nesta recorrência contínua a estes mercados. Foi a partir desta conjuntura de crise estrutural do capital que os países periféricos passaram de captadores a “fornecedores” de capitais. A enorme quantidade de dinheiro oferecida

por esse crescente sistema financeiro especulativo supranacional acabou propiciando em um contexto de crise o aumento exacerbado das dívidas externas.

A liquidez de capital no mercado financeiro internacional acabou disponibilizando uma grande quantidade de recursos no mercado o que levou os países periféricos a constantes empréstimos.

O final dos anos de 1970 se caracterizou por representar para a economia estadunidense um período de altos patamares inflacionários. Para combater a inflação o então presidente do FED, através do choque Volcker, adotou uma política econômica de caráter ortodoxo-recessiva, focalizando o processo de reforma em duas medidas centrais: a) elevação da taxa de juros; b) desregulamentação da economia nacional. Políticas econômicas que seriam reforçadas no ano seguinte pelo então presidente eleito Ronald Reagan. O objetivo dessas medidas era o de recolocar o dólar como moeda chave do sistema monetário internacional e desaquecer a economia para combater a inflação crescente.

Entretanto, ao aumentar a taxa de juros e desregular a economia estadunidense – já sob o comando do então presidente Ronald Reagan –, buscou-se atrair recursos para os Estados Unidos, e desta forma, reorganizar a *hegemonia civil* estadunidense (FIORI, 1997). O resultado da ofensiva político-econômica adotada pelos estadunidenses fora o forte aumento da dívida externa dos países periféricos, invertendo-se a relação entre captadores de recursos com seus credores. Se antes os países periféricos buscavam captar recursos nos países centrais para financiar o seu desenvolvimento econômico, a partir da política econômica adotada por Reagan os países periféricos passaram a exportar altas taxas líquidas de capitais para os países centrais, principalmente para os Estados Unidos, comprometendo fortemente seu crescimento e desenvolvimento econômico. Não por acaso tais países enfrentaram crises fiscais profundas.

Ora, pode-se constatar que no período que vai de 1969 a 1981 a dívida externa dos países periféricos cresceu por motivos eminentemente financeiro-especulativos. Criou-se uma equação inócua, na qual, tomavam-se recursos emprestados para saldar dívidas passadas, assumindo-se novas dívidas de curto prazo. O resultado dessa equação fora a explosão da dívida externa dos países periféricos que não parara de crescer desde então.

4 1929: O ÚLTIMO CANTO DO CISNE? O CANTO DO CISNE DA ORTODOXIA LIBERAL-CONSERVADORA ANGLO-SAXÃO.

A abertura daquele processo alertado por Lukács em 1956 (LUKÁCS, 2008, p.79) encontraria sua determinação plena em meados da década de 1970 com a irrupção da *crise estrutural do capital*. A irreversível queda na lucratividade somada à crise fiscal dos Estados abriram caminho para uma viragem histórica *contrareformista*, que ficou conhecida como neoliberalismo.

Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da *Erado Ouro* pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980 [...] (HOBSBAWM, 1995, p.245).

O novo liberalismo visava recompor o processo de acumulação e a retomada das altas taxas de lucro, através da adoção de várias medidas ortodoxo-recessivas: a) aumento do *exército industrial de reserva*, quebrando o sindicalismo e pressionando os salários para baixo; b) redução de impostos para as indústrias; c) diminuição com gastos sociais; d) abertura e desregulamentação das economias nacionais; e) desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas; f) restrições creditícias; g) elevação das taxas de juros; h) privatização das empresas públicas.

Como se pôde observar, apesar da preponderância do consenso keynesiano o liberalismo não deixara de existir efetivamente. Subterraneamente ao Estado de bem-estar social, o liberalismo se articulava de múltiplas formas. A crise de 1973 apenas abriu o caminho para a derrocada do consenso keynesiano e a hegemonização de um novo consenso. Desta forma, o consenso neoliberal emergira no pós-crise de diferentes formas e em diversas partes do mundo.

Já em 1978, o processo de liberalização da economia chinesa iniciado por Deng Xiaoping deu um sopro de vida a uma economia pujante e, conseqüentemente, a um ininterrupto crescimento e desenvolvimento econômico. Se no Oriente o processo de liberalização da economia de um país socialista que contava com 20% da população mundial começava a desenhar uma nova conjuntura econômico-mundial, no Ocidente, no epicentro do capitalismo mundial, Paul Volcker¹⁴ incumbido de debelar o galopante processo inflacionário assumia em 1979 o comando do FED e adotara uma política monetária ortodoxo-recessiva liberal – choque Volcker –, que alteraria completamente o curso do último quartel do século XX.

Se na América e no Oriente o processo era de liberalização, no Velho Mundo não fora diferente. Ungida pelas urnas Margareth Thatcher chegara ao posto eletivo mais elevado na Grã-Bretanha em 1979, com um programa governamental pautado em duas questões precípuas: a) combater o acachapante processo de estagnação inflacionária,

¹⁴ Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as conseqüências para o emprego. A taxa real de juro, que com freqüência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos de 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve. A taxa nominal de juro aumentou da noite para o dia, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto dos 20%. Iniciou-se assim “uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos nos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era de ajustes fiscais”. Essa, argumentou Volcker, era a única saída para a tenebrosa crise de estagnação que caracterizara os Estados Unidos e boa parcela da economia global por todos os anos 1970. (HARVEY, 2008, p.32-3).

iniciado nos anos 1960; b) combater o sindicalismo inglês. Tanto uma quanto a outra frente de batalha experimentaram a mesma estratégia de combate, o receituário ortodoxo-recessivo liberal.

A ascensão de Paul Volcker ao FED seria reforçada no ano seguinte pela vitória eleitoral do presidenciável Ronald Reagan que, assim como Margareth Thatcher, tinha como programa governamental combater o sindicalismo e debelar a inflação através de uma política ortodoxo-recessiva de liberalização da economia.

Ora, pode-se observar que o *bloco histórico* que se constitui em torno do projeto neoliberal forja uma ofensiva de mundialização do capital, tanto na periferia quanto no epicentro do capitalismo, denominada alguns anos mais tarde de *globalization*.

Como se pôde observar o neoliberalismo se constituiu a partir de múltiplas determinações, que se ramificaram como metástases de diferentes e complexos tipos de carcinomas, tanto no Ocidente quanto no Oriente, tanto no epicentro quanto na periferia do capitalismo. Diante do quadro de crise estrutural do capital o antídoto receitado para aplacar os sofrimentos morais das recém instituídas democracias fora uma epifania liberal.

Segundo Przeworski (1993, p. 209), o neoliberalismo se caracteriza por ser um “[...] projeto intelectual, traçado no interior do universo acadêmico norte-americano e cuja forma é dada por instituições financeiras internacionais [...]”

Nesta mesma linha de raciocínio, Harvey (2008, p. 13) defende que:

[...] os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos “bancos de idéias”), nos meios de comunicação, em conselhos de administrações de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como instituições internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo.

Esta nova ofensiva do capital se expandira através de um processo de neoliberalização, por meio do qual se alterou profundamente a organização e administração da forma de produzir a vida objetiva e subjetivamente. Tratou-se de um processo de reestruturação produtiva que tinha como órgão receptor e ejetor de sangue a “ética” do livre mercado. Esta “ética” neoliberal “[...] sustenta que o bem social é maximizado se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado [...]” (HARVEY, 2008, p.13).

Como se pôde observar o novo e o velho mundo anglo-saxão sincronizados político-economicamente, encabeçaram a ofensiva do capital através das vitórias de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha em 1979 e de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980, tanto a primeira quanto o segundo venceram as eleições com propostas de programas (neo)liberalizantes de caráter ortodoxo-recessivo. Todavia, apesar da ofensiva do capital advir desta díade anglo-americana, o laboratório de experiência daquele neoliberalismo nascido na Grã-Bretanha nos anos de 1940 através da pena e lentes de Hayek foram os países latino-americanos, particularmente, Chile e Argentina. Os sucessivos golpes militares, o primeiro em 1973 com Augusto Pinochet e o segundo em 1976 com a Junta Militar liderada pelo o general Jorge Rafael Videla, abriram o caminho para a implementação da política econômica neoliberal. Politicamente, o neoliberalismo entrou nos países da América Latina via regimes autocráticos, formas de *cesarismos regressivos* (GRAMSCI, 2007, p.76-7), que foram orquestrados, geridos e orientados pela Casa Branca e seus aparelhos de espionagem, inteligência e repressão. Construídos os fortes de defesa a política econômica desenvolvida pela Escola de Chicago¹⁵ passaria a nutrir os regimes autocráticos latino-americanos.

Enquanto o *thatcherismo* e o *reaganismo* (THERET, 1994) adentraram os países de primeiro mundo via regimes democrático-eleitorais e pela prática do *transformismo*, através do qual os partidos de esquerda passaram a aderir à santíssima trindade das políticas neoliberais – corte de impostos; corte de gastos públicos; desregulamentação da economia –, as políticas liberalizantes adentraram os países periféricos através da baioneta hayekiana.

Na letra de Anderson (2008, p. 14),

[...] o neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais [...].

Com os partidos de esquerda imobilizados em duas frentes, por um lado – no plano externo –, pelo processo de cooptação iniciado com o Estado de bem-estar social

¹⁵ “Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o predomínio na Universidade Católica, entidade privada de Santiago. No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram sua oposição a Allende através de um grupo chamado ‘Clube de Segunda-Feira’ e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas, financiando seu trabalho através de insitutos de pesquisa. Depois de o general Gustavo Leigh, rival de Pinochet para ocupar o poder, keynesiano, ser afastado em 1975, Pinochet levou esses economistas para o governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias. Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais à exploração privada não-regulada, privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. O direito de companhias estrangeiras repatriarem lucros de suas operações foi garantido. O crescimento liderado pelas exportações passou a prevalecer sobre a substituição de importações [...]” (HARVEY, 2008, p.18).

e aprofundado pelo Estado liberal-burguês; e, por outro lado – no plano interno –, pela abertura de crises orgânicas insolúveis; o processo de privatização das estatais, quebra do sindicalismo e desmonte do Estado de bem-estar social como um todo não demorou a ser protagonista deste novo cenário, hegemonicamente liberal-conservador.

A hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado (ANDERSON, 1995, p.11-2).

Pode-se observar que aquele projeto ideológico neoliberal hayekiano (PRZEWORSKI, 1993) nascido nos anos de 1940 abriu duas frentes de lutas: uma interna e outra externa. A primeira visava ocupar as instituições públicas dos países centrais, principalmente as Universidades, na qual se produziu certa *intelligentsia* eminentemente liberal-conservadora. A segunda visava à ocupação das múltiplas agências e organizações internacionais, como forma de criação do consenso internacional em torno de uma única via para o desenvolvimento: o neoliberalismo. O pretendido consenso internacional viria à tona na década de 1990 através do nefasto e discutível Consenso de Washington.

É forçoso destacar que a “longa marcha” (HARVEY, 2008) neoliberal se iniciou a partir do processo de *guerra de posição*, através do qual se optou por traçar uma estratégia de luta que privilegiava a ocupação de espaços-chave como forma de construção do consenso político. Tratou-se de um movimento que buscou construir o consentimento

político em bases culturais, criando-se práticas de socialização culturais capazes de se enraizar e constituir aquilo que Gramsci (2004) denominara de *senso comum*.

Ora, como se pôde observar a construção do consenso neoliberal deu-se através da abertura do processo de construção de um *senso comum*, que se enraizou profundamente na sociabilidade contemporânea. Este *senso comum* fora construído por meio da defesa irrestrita da liberdade individual e da dignidade humana – elementos primígenos do discurso neoliberal – como forma de conseguir adesão popular, todavia o que esse discurso ocultava era o projeto de restauração do poder político-econômico de uma determinada fração de classe, pertencente à grande burguesia financeira.

A epifania liberal e sua oração neoliberal de pseudo-garantia das liberdades individuais e da dignidade humana penetraram profundamente a tessitura social do final dos anos 1960 e de toda década de 1970 e conseguiu inclusive aglutinar grande parte do Movimento Estudantil de 1968, que tinha como uma de suas principais bandeiras a ampliação das liberdades individuais.

O Movimento de 1968, impulsionado e movido pela idéia de ampliação das liberdades individuais e dos direitos civis, aglutinou em torno de si as questões da diversidade, da sexualidade, do ambientalismo, do pacifismo, do multiculturalismo, além da crítica ao consumismo excessivo e inconsciente e, fundamentalmente, via a incapacidade do Estado forjado no pós-guerra de responder a tais questões, levantando a bandeira de reforma do Estado. Ao pautar-se nas liberdades individuais o discurso neoliberal foi capaz de aglutinar em torno de si as bandeiras do Movimento de 1968, adequando-as a sua perspectiva político-ideológica. Ora, “[...] enquanto a reflexão subjetiva, desconhecendo a natureza do individual e do geral, se perde no labirinto das particularidades e de seus resultados, a natureza do finito contém esta separação dos contingentes” (HEGEL, 2003, p.107).

Como nos esclarece Hobsbawm (1995, p. 280):

A rebelião estudantil foi um fenômeno fora da economia e da política. Mobilizou um setor minoritário da população, ainda mal reconhecido como um grupo definido na vida pública, e – como a maioria de seus membros ainda estava sendo educada – em grande parte fora da economia, a não ser como compradores de discos de *rock*: a juventude (classe média). Seu significado cultural foi maior que o político, que foi passageiro.

Criou-se uma relação antitética entre liberdades individuais e Estado intervencionista-regulador, que acabou por sustentar o axioma de que o Estado intervencionista levaria ao caminho da servidão. Este axioma hayekiano fora o fundamento da construção da hegemonia neoliberal, pois ao conseguir difundir a idéia de liberdade pautada na *liberdade de escolha* de produtos, de estilo de vida, de cultura, orientação sexual acabara por responder aos anseios daquele Movimento.

A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura [...] fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado ‘pós-modernismo’, que havia muito espregueira no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual. (HARVEY, 2008, p.52).

O Estado, enquanto expressão desta nova arena neoliberalizante, passara a ter como função a criação de um ambiente benfazejo para a livre negociata. Em detrimento do bem-estar social emergira um Estado pautado no bem-estar de *Wall Street*. Este novo Estado, mínimo para o bem-estar e máximo para as grandes corporações, contou com a ofensiva, criação e articulação de múltiplos bancos de idéias, que não mediram esforços para uma viragem neoliberal pautada em uma multiplicidade de relações entre: o monetarismo de Friedman, as expectativas racionais de Robert Lucas, as escolhas públicas de James Buchanan e Gordon Tullock e as idéias sobre o “lado da oferta” de Arthur Laffer, que sugerira que os efeitos do corte de impostos iriam provocar o aumento da atividade econômica que incrementaria automaticamente as receitas de impostos (HARVEY, 2008, p.64).

Esta *intelligentsia* liberal-burguesa contou também com a imprensa especializada, como os grandes jornais de circulação – *Wall Street Journal*, *Financial Times* –, mas também com as escolas¹⁶ de negócios instaladas nas Universidades de ponta – *Stanford* e *Harvard* –, além de *Institutos* como o *Institute of Economic Affairs* e do *Institute Adam Smith*. Isso para nos restringirmos aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha, paladinos da ofensiva neoliberal.

A construção do consentimento neoliberal se deu através da difusão dos princípios das liberdades individuais – individualismo, liberdade de iniciativa e de expressão –, em oposição direta ao Estado intervencionista-regulador, concebido pelos liberais como um poder opressivo, por sofrer influência direta do sindicalismo.

Ora, o consentimento político neoliberal se constituía subterraneamente no Estado de bem-estar social, todavia sua edificação só se tornou possível devido à explosão da crise estrutural do capital aberta nos anos 1970. Tanto o *thatcherismo* quanto o *reaganismo* foram fenômenos que se consolidaram devido ao crescente processo de estagflação e de desemprego, além da inabilidade e ausência de propostas dos grupos de esquerda, conseguindo apoio popular seja contra as greves do funcionalismo público

¹⁶ “O levantamento da disseminação das idéias é sempre difícil, mas por volta de 1990 a maioria dos departamentos de economia das grandes universidades acadêmicas (instituições que fazem pesquisa) e das escolas de negócios foi dominada por modos neoliberais de pensamento, um fato cuja importância não se pode subestimar. As universidades acadêmicas dos Estados Unidos foram e são campos de treinamento para muitos estrangeiros que levam aquilo que aprenderam para seus países de origem – por exemplo, as principais figuras da adaptação chilena e mexicana ao neoliberalismo eram economistas treinados nos Estados Unidos –, assim como para instituições como o FMI, o Banco Mundial e a ONU” (HARVEY, 2008, p.64).

britânico, do qual os mineiros eram vanguarda, seja contra as greves dos controladores de voo (PATCO – *Professional Air Traffic Controllers Organization*) nos Estados Unidos.

No início da crise, os governos social-democratas conseguiram acumular uma série de vitórias contra a ofensiva conservadora, mantendo a estrutura do Estado de bem-estar social, todavia a crise fiscal dos Estados – crise do balanço de pagamentos, déficits orçamentários –, mostrou que as vitórias acumuladas no início da década 1970 e mesmo aquelas na década de 1980, eram vitórias de pirro, pois fora o projeto neoliberal quem de fato saíra vitorioso. Este projeto ainda tivera fôlego para uma segunda ofensiva, na década de 1990, com vitórias neoliberais na América Latina, Oceania e praticamente em todo leste europeu, pós-dissolução da URSS. Frente à crise estrutural do capital, a um crescente processo de estagflação e desemprego, além das crises fiscais dos Estados, foram as políticas draconianas do neoliberalismo de corte dos gastos públicos e austeridade fiscal que prevaleceram.

Tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha o monetarismo e o rígido controle orçamentário, além de outras intervenções neoliberalizantes, como a abertura da economia e privatizações, entraram na ordem do dia e impuseram pesadas derrotas às *classes subalternas*, que via suas fileiras organizadas deterioradas por um crescente aumento do *exército industrial de reserva*. A abertura da economia corroe e/ou destruiu setores inteiros de produção – estaleiros, indústrias automobilísticas, indústrias do carvão e do aço –, juntamente com as tradicionais forças sindicais que se formaram nestes setores.

Ladeado ao desmonte do Estado de bem-estar veio a cultura do empreendedorismo, da responsabilidade financeira e do constante aumento da produtividade, que passaram a nortear as áreas da saúde, da educação, da assistência social, da burocracia do Estado em geral... Ou seja, a ofensiva neoliberal não atacara apenas os setores de produção, mas também os setores de organização e administração do Estado, bem como a própria vida cotidiana¹⁷.

Essa capacidade do neoliberalismo de se apropriar da cotidianidade adveio da própria *era do ouro* do capital, através da qual “[...] a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo [...]. A crença era que ‘novo’ equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado” (HOBSBAWM, 1995, p.261).

Nessa nova conformação do capital:

¹⁷ “A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar com sua atividade humano-genética a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais ‘insubstancial’ que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa absorva preponderantemente. A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. [...] O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente.” (HELER, 2000, p.17).

Pesquisa e Desenvolvimento tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico e, por esse motivo, reforçou-se a já enorme vantagem das ‘economias de mercado desenvolvidas’ sobre as demais. O ‘país desenvolvido’ típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes [...]. Além disso, o processo de inovação passou a ser tão contínuo que os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornaram uma parte cada vez maior e mais indispensável dos custos de produção. (HOBBSAWM, 1995, p.261).

Nas palavras de Hobsbawm a “[...] Era de Ouro democratizou o mercado [...]” (HOBBSAWM, 1995, p.264). O investimento massivo em pesquisa e desenvolvimento técnico fora capaz de expandir o *americanismo-fordismo*¹⁸, pelo qual se tornou possível forjar uma cultura do *senso comum*, a partir da qual a competição emergira como principal virtude humana, além de pressuposto necessário à defesa, garantia e ampliação das liberdades individual e pessoal.

A ética neoliberal despida de toda e qualquer regra, a não ser aquela advinda do livre mercado, fora capaz de captar e se (re)apropriar deste *senso comum*, inserindo neste a perspectiva que reputara ao indivíduo a responsabilidade de seu bem-estar social. Nesse sentido, tanto o sucesso quanto o fracasso – substantivos recorrentes a linguagem neoliberal –, dependeriam única e exclusivamente da vontade, habilidades, competências, enfim das virtudes empreendedoras individuais, pelas quais o único responsável seria o indivíduo.

O fato é que em um contexto de viragem não só político-econômica, mas também sócio-cultural, no qual:

[...] as novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão-de-obra, ou até mesmo a substituíam. A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. [...] o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de bancos de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia em um aspecto: como compradores de bens de serviços [...] (HOBBSAWM, 1995, p.262).

¹⁸ “[...] o americanismo seria forma da revolução passiva capaz de, ao se difundir, recompor todo o bloco histórico do Ocidente, eventualmente se sobrepondo a outras formas, como o fascismo. A diferença fundamental entre fascismo e americanismo está em que o primeiro, para Gramsci, preserva e recicla aspectos de ‘Oriente’ presentes na formação social italiana, enquanto o segundo aprofunda e radicaliza o Ocidente, contando assim com um potencial maior de universalização e de construção hegemônica. A particularidade e o potencial do americanismo está, portanto, no fato de que os EUA ‘não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, ou seja, classes absolutamente parasitárias’, como é o caso da Europa”. (DEL ROIO, 1998, p.293).

Pode-se dizer que a grande habilidade dos epígonos neoliberais – no caso, as duas figuras mais proeminentes da viragem neoliberal: Thatcher e Reagan –, residiu na capacidade de perceber que o Estado de bem-estar social criou a possibilidade de uma reestruturação produtiva do capital em todos os setores da economia, e, ao mesmo tempo, imprimira uma cultura da cotidianidade baseada no *americanismo-fordismo*, que não apenas elevava a qualidade de vida de grande parte da população dos países centrais, mas também cooptara grande parte do vigoroso movimento operário¹⁹ do pré e do pós-guerra. Somente a partir da intersecção destes dois elementos é que se torna possível compreender como uma doutrina política-econômica, abertamente antipopular e antidemocrática, conseguira construir um consentimento popular em torno de sua *práxis* social.

Portanto, o *thatcherismo* e o *reaganismo* não podem ser considerados meramente como uma viragem político-econômica, na qual se passou de uma forma de Estado a outra, mas como fenômenos responsáveis pela criação de uma cultura política *contrareformista* de viés antidemocrático e antipopular, que passaria a influenciar profundamente os anos subsequentes.

Essa nova cultura política de talhe antidemocrático e antipopular, para a qual o excesso de democracia colocaria em risco as liberdades individuais, desenvolveu-se a partir de uma concepção de democracia puramente técnica, formal e procedimental²⁰, através da qual as decisões passaram a ser tomadas técnica e juridicamente. Esse processo de judicialização e tecnificação da política acabou por instituir Estados com forte viés autocrático, pois suas ações passaram a pautar-se na hipertrofia das corporações policiais e na utilização do monopólio legítimo da força para reprimir aqueles que se opusessem às decisões governamentais ditas técnico-jurídicas.

¹⁹ “Quanto aos partidos socialistas e movimentos trabalhistas que tanto se destacaram na Europa após a Guerra, enquadraram-se prontamente no novo capitalismo reformado, porque para fins práticos não tinham política econômica própria [...]. Na verdade a esquerda concentrava-se em melhorar as condições de seus eleitorados operários e em reformas sociais para esse fim. Como não tinham soluções alternativas a não ser exigir a abolição do capitalismo, o que nenhum governo social-democrata sabia como fazer, nem tentara fazer, tinham de depender de uma economia capitalista forte e criadora de riqueza para financiar seus objetivos. Na verdade, um capitalismo reformado, que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações social-democratas, lhes parecia bastante adequado”. (HOBSBAWM, 1995, p.266)

²⁰ Este caráter técnico-formal pode ser observado na definição de democracia oferecida por Weber, para o qual existem “[...] três razões internas que justificam a dominação, existindo conseqüentemente, três fundamentos da legitimidade. Antes de tudo, a autoridade do ‘passado eterno’ (poder tradicional) [...] Existe em segundo lugar, a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) [...] Existe, por fim, a autoridade que se impõem em razão da ‘legalidade’ [...] fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conforme o estatuto estabelecido” (WEBER, 1968, p.58). Mas, também por Robert Dahl, segundo a qual “[...] o termo *democracia* para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos [...]. Como sistema hipotético, ponto extremo de uma escala, ou estado de coisas delimitador, ele pode (como um vácuo perfeito) servir de base para se avaliar o grau com que vários sistemas se aproximam deste limite teórico” (DAHL, 1997, p.25-6). Ou ainda, na definição oferecida por Joseph Schumpeter (1984, p. 304), segundo a qual: “A democracia é um método político, ou seja, certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e administrativas – e, portanto não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas [...]”.

De acordo com Norberto Bobbio (1986, p. 34):

Tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão qualquer. A democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo. A tecnocracia, ao contrário, pretende que sejam convocados para decidir apenas aqueles poucos que detêm conhecimentos específicos.

Torna-se importante destacar nesta parte do trabalho o reconhecimento por parte de um dos mais proeminentes liberais do século XX do caráter antagônico entre tecnocracia e democracia, além da diferenciação entre democracia real e ideal sugerida por ele mesmo, ao afirmar que a democracia real não fora capaz de cumprir suas promessas, sejam estas: a) *a distribuição do poder*; b) *a representação*; c) *a derrota do poder oligárquico*; d) *a expansão dos espaços democráticos*; e) *a eliminação do poder invisível*; e f) *a educação para a cidadania* (BOBBIO, 1986). Entretanto, Bobbio argumentara que a incapacidade de se cumprir as promessas da democracia ideal adviria da impossibilidade de se prever os descaminhos, os quais não diz, mas o movimento de sua pena nos leva a intuir o aspecto da ingovernabilidade da democracia.

Como se pode observar, há na concepção de democracia apresentada por Norberto Bobbio em *O futuro da democracia*, um caráter *ideo-reflexivo* a partir do qual se estabelece certa separação entre democracia real e ideal, de forma a compreendê-la de uma maneira puramente lógico-gnosiológica.

Ora, como bem salientara Lukács, democracia só pode ser compreendida a partir do jogo contraditório das forças sociais socioeconômicas que operam em determinado momento no interior de um complexo social situado num estágio específico de seu desenvolvimento histórico (LUKÁCS, 2008, p.83-4). Ou seja, a forma de governo democracia só pode ser apreendida a partir do jogo de correlação de forças que se estabelece no interior da sociedade civil-burguesa e conseqüentemente do Estado Político, a partir do qual se poderá observar o caráter regressivo ou progressivo da democracia.

Nesses termos, como o próprio Lukács enfatizara, não se pode apreender a democracia a partir de uma mera concepção lógico-gnosiológica, mas como processo histórico-social, capaz de expressá-la como concreta força política ordenadora de uma particular formação econômica sobre cujo terreno ela nasce, opera, torna-se problemática e desaparece. Assim o termo democratização expressaria melhor este caráter dinâmico da democracia, pois ao mesmo tempo em que a retiraria do âmbito lógico-gnosiológico a colocaria em seu hábitat natural, ou seja, no campo da correlação de forças (LUKÁCS, 2008, p.83-4).

Só a partir desses termos é que se pode compreender que frente a esta instabilidade social – intrínseca aos Estados capitalistas democráticos e agudizadas pelo Estado neoliberal –, o antídoto adviria do ascendente processo de militarização, pois em última

instância o elogio à concorrência individual só poderia levar a um estado anômico. Diante desta tessitura social, na qual se difunde uma cultura política de afirmação constante do indivíduo em detrimento da sociedade o resultado só poderia ser a dissolução de qualquer relação de solidariedade e acirramento da concorrência na sociabilidade cotidiana.

Nesses termos, apreende-se o porquê da perspectiva de governança neoliberal aproximar-se demasiadamente daquela propalada pelo *neoconservadorismo*²¹, para o qual a militarização é legitimada através da disseminação de uma cultura do medo, a partir da qual se torna necessário à criação de *outro*²² hostil, seja este interno ou externo.

CONCLUSÃO

Se, por um lado, a *Revolução Passiva* iniciada com o *Welfare State* possibilitou a conformação de certo arranjo político-institucional, através do qual se abriu um processo de ampliação dos direitos civis, políticos e sociais; por outro, possibilitou às *classes dominantes* experimentarem um nível de crescimento de altas taxas de lucro jamais visto na história da humanidade. Todavia, o ciclo de acumulação do capital que se iniciara em 1945 se esgotou em 1973 a partir da abertura de uma crise estrutural do capital. O excesso de capacidade e de produtividade do setor manufatureiro em escala mundial levou a um estado ascendente de estagflação e desemprego, bem como à crise fiscal dos Estados.

Frente a esse processo se reafirmou o consenso keynesiano, que não conseguira responder a crise como o esperado devido às particularidades daquela crise. O fato é que todas as crises estruturais do capital foram acompanhadas de deflação, todavia a crise dos anos de 1970 teve como característica particular a inflação. Tratou-se, por conseguinte, de uma crise acompanhada do aumento dos preços dos produtos, quando aqueles deveriam cair. Tal particularidade se deveu ao ininterrupto processo de *concentração e centralização* de capitais da era do ouro, através do qual se pôde observar um intenso processo de oligopolização em escala global, no qual as grandes empresas que dominavam os principais setores da economia mundial, longe de representarem a concorrência perfeita idealizada pelos pais do liberalismo, passaram a diminuir a produtividade, mantendo-se assim os preços dos produtos; mas também devido à formação de cartéis em curso durante toda a década de 1960, o que levou as grandes empresas a resistirem à queda dos preços; e por último, devido à utilização sistemática de políticas de pleno emprego em toda parte do mundo, que diante desta nova estrutura do mercado internacional acabou alimentando ainda mais a inflação.

²¹ O neoconservadorismo caracteriza-se por enfatizar em seus programas governamentais a “[...] afirmação de valores morais e se apóia fortemente em apelos a ideais de nação, religião, história, tradição cultural [...]” (HARVEY, 2008, p.95).

²² “A questão do *outro negativo* tende a ser deslocada para o estrangeiro, principalmente para o não-ocidental e não-branco, mas de qualquer maneira para todos que não partilham do sentimento de nação, de sua identidade cultural e instituições políticas e religiosas [...]” (DEL ROIO, 1998, p.175).

Por um lado, o receituário anticíclico provou-se incapaz de conter a crise; por outro, nem o *Socialismo de Estado* – já em crise –, nem os Partidos Comunistas conseguiram propor alternativas exequíveis àquela particular realidade, na qual a correlação de forças favorecia em muito o capital. Nesse contexto, o neoliberalismo que muito espreitava no ninho encontrou terreno fértil para a propositura e efetivação de seu projeto *contra-reformista*.

Aquele Estado dito de compromisso de classe, mas que se caracterizou pela intensa prática de *transformismo* esgotou-se no momento em que as classes dominantes conseguiram construir uma *hegemonia civil* tal que não necessitava mais fazer concessões às classes subalternas. Diante dessa hegemonia o que se pôde observar foi o fim do processo de democratização experimentado naquele Estado e a abertura de uma forte ofensiva do capital contra o trabalho.

SILVA, Marcelo Lira. The nature and the foundations of neoliberalism. *ORG & DEMO* (Marília), v. 14, n.2, p. 126-154, Jul./Dez., 2013.

ABSTRACT: Objective with this article expose the social-historical forms determinative of the new political-economic, legal and institutional that conventional call neoliberalism. Thus, on the one hand, the Passive Revolution started with the welfare state led to the forming of a certain political-institutional, through which opened up a process of expansion of civil, political and social, on the other, allowed the ruling classes experience a level of growth of high profit rates ever seen in the history of mankind. However, the cycle of capital accumulation that began in 1945 was exhausted in 1973 from the opening of a structural crisis of capital, with strong tendencies to decrease the cycles of crisis and the sharp decline in profit. Facing such a situation, there is a revival of liberalism as restorative principle of the process of capital accumulation.

KEYWORDS: neoliberalism, passive revolution, counter-reformation

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Afnidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas*. São Paulo: Ícone, 1998.

_____. O movimento socialista do século XXI: A experiência italiana de Refundação Comunista. In: GALVÃO, M.; OTAL, Andréa. *Marxismo e socialismo no século XXI*. São Paulo: Xamã, 2005, p.71-81.

_____. *Os prismas de Gramsci*. São Paulo: Xamã, 2005.

- FIORI, José Luís. Globalização, Hegemonia e Império. In: TAVARES, M. C.; FIORI, José Luis (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. São Paulo: Vozes, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Os cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.v. 2
- _____. *Os cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3
- HARVEY, David. *O neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- HEGEL, George Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e história*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia Letras, 1995.
- LUKÁCS, György. *Socialismo e democratização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MEADE, J.E. *Liberty, equality and efficiency*. Nova York: New York University Press, 1993.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MORAES, Reginaldo C. A democracia mal-comportada: a teoria política do neoliberalismo econômico. *Universidade e Sociedade*. Campinas, Ano VI, n. 11, jun., p.121-29, 1996.
- _____. *Neoliberalismo*. São Paulo: SENAC, 2001.
- PRZEWORSKI, Adam. A falácia neoliberal. *Lua Nova*. São Paulo, n. 28-9, p.209-25, 1993.
- _____. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- THÉRET, Bruno. O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Ano IX, n. 24, fev., p. 49-65, 1994.

Encaminhado em: 28/01/2013

Requeridas alterações

Aprovado em: 05/06/2013

